

Hoje, eu vou tratar de um assunto que tira o sono dos brasileiros, principalmente nas grandes cidades: a segurança. Vou falar do que pretendemos fazer neste ano, para que você tenha uma vida mais tranqüila.

A nossa grande meta para 97 é reunir informações criminais para colocar à disposição das autoridades que cuidam da segurança.

Nós acabamos de lançar o projeto piloto do Programa de Integração Nacional das Informações de Justiça e Segurança pública, o Infoseg. Esse programa reúne, em um só banco de dados, todas as informações criminais das Polícias Federal, Civil e Militar, do Ministério Público, do Judiciário e do Sistema Penitenciário em cada estado. Isso significa que, se um delegado prender uma pessoa no interior de um determinado estado, pode buscar no banco de dados do Infoseg informações sobre ela e saber se já cometeu algum crime em outro estado, se é procurada pela polícia, se responde a algum processo.

Um juiz, ao examinar os processos, também poderá entrar no sistema e conseguir a ficha completa do criminoso. Os procuradores que pretenderem apresentar denúncia também conhecerão todas as acusações que pesam sobre aquele cidadão em qualquer parte do País.

Em resumo, a integração vai facilitar o trabalho da polícia e da justiça na perseguição aos criminosos que mudam de estado a toda hora.

Nesta primeira fase, o Infoseg vai integrar 4 milhões e 600 mil informações da Polícia Federal do Rio Grande do Sul e de São Paulo. Escolhemos dois estados bem equipados; portanto, em boas condições para fazer o programa andar rápido. Já repassamos recursos para 25 estados

iniciarem a implantação do projeto. Queremos entregá-los a todas as unidades da Federação até o final do ano que vem.

Eu gostaria de pedir aos governadores que se dediquem, que procurem envolver os procuradores-gerais, os presidentes de tribunais, os delegados e comandantes das Polícias Civil e Militar nesse programa. Afinal, são essas autoridades os legítimos operadores da segurança tão desejada pelos cidadãos brasileiros.

Nós comprovamos que o trabalho conjunto dá ótimos resultados quando criamos os Conselhos Regionais de Segurança. Graças a esses Conselhos, eliminou-se a disputa que havia entre as Polícias Civil, Militar, Federal e Rodoviária Federal.

O Conselho do Sul, que une Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, também está atuando junto às polícias da Argentina e do Paraguai e já conseguiu recuperar carros roubados aqui no Brasil e levados para aqueles países.

Outro instrumento que vai facilitar e dar mais segurança à população é o Registro Civil Único. O projeto, de autoria do Senador Pedro Simon, prevê que cada brasileiro terá apenas um número, em vez de 21, como é hoje, para identidade, CPF, título de eleitor, etc. A diversidade de números tem facilitado a ação de criminosos, como é o caso dos portadores de identidades falsas. O projeto foi aprovado no Senado, e espero que em breve a Câmara o aprove também, para que eu possa sancionar essa lei que será mais um instrumento a favor de nossa segurança.

A partir deste ano, queremos aumentar os esforços de todos para que os municípios ofereçam mais segurança aos cidadãos. No dia 20 de fevereiro, o Ministério da Justiça vai reunir, na cidade paulista de Campinas, os secretários estaduais de segurança e prefeitos municipais, para somarmos forças nesse sentido.

O crime organizado, como o tráfico de drogas, deve ser combatido pelos estados e pela União, mas a segurança local deve ser dada pelo município. E, quando as autoridades municipais empunharem essa bandeira, você vai viver com mais segurança. É isto que nós queremos.